

# Escolas terão de devolver o que cobraram a mais

O Ministro da Educação, Hugo Napoleão, afirmou ontem que as escolas que estiverem cobrando as mensalidades em OTNs serão punidas e terão de devolver a diferença aos pais dos alunos. As reclamações a respeito de abusos serão analisadas pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs), que determinarão a punição aos estabelecimentos infratores.

Napoleão criticou o Decreto 95.720, do Ministério da Fazenda, que instituiu a liberdade vigiada, e reconheceu que ele foi a causa dos excessos, permitindo o aumento das mensalidades acima da inflação. Além disso, explicou que, embora os estabelecimentos de ensino só possam ter lucro de até dez por cento, há casos de escolas que estão lucrando até 300 por cento. Nesse caso, a diferença será devolvida aos pais, em prazo a ser estabelecido pelo MEC.

A Associação de Pais de Alunos do Rio de Janeiro (Apaerj) está orientando seus filiados para que depositem o valor das mensalidades em cadernetas de poupança e só paguem com 30 dias de atraso. A multa prevista pelas escolas, no período, é de seis por cento, enquanto os juros, na caderneta, são de 18 por cento.

O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio, Paulo Sampaio, afirmou ontem que a proposta da Apaerj é "irresponsá-

vel" e vai dificultar o pagamento em dia do salário dos professores.

Mas a Presidente da associação, Carmelena Pereira, acusou os proprietários de escolas do Rio de não terem cumprido o acordo assinado no dia 22 de janeiro, que determinava antecipadamente os índices de reajuste. Segundo ela, os empresários quebraram o acordo, assim que o Governo federal, através de decreto-lei, liberou as mensalidades.

— As despesas com a escola passaram a pesar muito no orçamento doméstico. Como o Conselho Estadual de Educação está sendo inoperante e omisso na questão dos reajustes das mensalidades, a única coisa que resta aos pais é pagar com 30 dias de atraso e fazer o depósito na poupança. Estivemos em Brasília para reivindicar do Ministro da Educação a revogação do decreto, mas de nada adiantou — argumentou Carmelena Pereira.

O Ministro Hugo Napoleão explicou ontem que o decreto em questão só poderia ser revogado, se houvesse um alto número de estabelecimentos infratores. Além disso, anunciou que estará reunido, na próxima semana, com a Associação de Pais de Alunos, a Federação dos Estabelecimentos de Ensino e a União Nacional dos Estudantes, para discutir todas as denúncias.